

Clipping **TJES**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

30 de outubro de 2019

VISITA DE SERGIO MORO

Cerco a bandidos nas rodovias

Em acordo assinado, Ministério da Justiça libera supercâmeras para a polícia capixaba flagrar bandidos que passam pelas BRs

O enfrentamento à violência no Espírito Santo ganhou mais um aliado: o acesso a supercâmeras para vigiar e prender criminosos que passam pelas rodovias federais.

Na prática, haverá uma troca de informações entre as polícias do Estado e a Polícia Rodoviária (PRF). O anúncio foi feito ontem, durante a visita do ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, ao Espírito Santo.

Agora, as polícias do Estado vão conseguir acessar as câmeras do sistema Alerta Brasil, que é o videomonitoramento feito pela PRF 24 horas por dia nas rodovias do País.

A reportagem, Moro, que veio ao Espírito Santo acompanhar o andamento do programa nacional de enfrentamento à violência "Em Frente, Brasil", implantado em Cariacica, falou dessa integração.

"Basicamente, serão compartilhados dados e imagens de câmeras disponíveis para a Polícia Rodoviária Federal com o governo do Estado e do governo do Estado com a PRF. Assim se obtém bons resultados, especialmente, relativos a buscas de fugitivos ou no combate a roubo de veículos."

O termo de cooperação foi assinado ontem pelo secretário de Estado da Segurança, Roberto Sá, e pelo superintendente da PRF, Amarílio Luiz Boni, no Palácio da Fonte Grande, em Vitória, em uma reunião com o ministro e várias autoridades, entre elas, o governador Renato Casagrande.

"Isso vai nos ajudar muito no monitoramento, porque dá à polícia local a possibilidade de, em alguns casos, numa investigação, monitorar alvos, inclusive, em deslocamentos fora do próprio Estado", frisou o secretário de Segurança Pública.

Roberto Sá citou que essa integração das forças irá levar bandidos à cadeia, a exemplo do que já ocorreu no início do mês, quando quatro traficantes capixabas foram presos em Piuma.

Os quatro, que são acusados de integrar o Primeiro Comando de Vitória (PCV), fugiram do Bairro da Penha, na capital, para o Rio de Janeiro, durante operação da polícia, mas foram presos quando retornaram ao Estado.

Questionado sobre quantas câmeras existem ao longo das rodovias do Estado, o superintendente da PRF afirmou que essa é uma informação estratégica, que não pode ser divulgada.

"Existe um monitoramento de fluxo nas rodovias do País. O que dá para ser dito é que o Ministério da Justiça e Segurança Pública está evoluindo com tecnologia e inteligência para que a gente consiga vencer essa luta."



MINISTRO Sergio Moro visitou escola em Porto de Santana, Cariacica, um dos bairros onde a Força Nacional atua

"É bom estar no Espírito Santo"

Ao sair da escola João Pedro da Silva, em Porto de Santana, Cariacica, um dos bairros onde a Força Nacional está atuando, o ministro da Justiça, Sergio Moro, conversou com a reportagem e falou sobre a sua impressão da visita ao Estado. "É ótimo! Sempre é bom estar no Espírito Santo".

Moro chegou à escola às 14h20 e foi recebido por 200 estudantes. O ministro disse aos alunos que eles podem realizar seus sonhos e os orientou a se dedicarem aos estudos.

Mais cedo, o ministro participou de um almoço no Palácio Anchietã e provou a culinária capixaba. No cardápio, torta capixaba de entra-

da, a tradicional moqueca de prato principal e torta de coco. De acordo com fontes que participaram do almoço, Moro elogiou o menu.

Já na Prefeitura de Cariacica, ele aprovou o sistema de Ouvidoria do município, que esteve envolvido em polêmica no início do mês. "Temos que fazer um igual".

O QUE ELE DISSE SOBRE...

"Em Frente, Brasil"

"A ideia do Ministério com o programa 'Em Frente, Brasil' foi nos anteciparmos a essas crises de segurança e termos uma atuação mais presente da União em territórios com índices de violência mais elevados.

Essa não é uma corrida de 100 metros, é uma maratona. O que importa é termos resultados consistentes.

Acreditamos que tirar (da rua) o criminoso perigoso, com investigação eficiente, é importante, faz a diferença na segurança pública. Mas também acreditamos em políticas sociais, educacionais, de saúde e urbanísticas, e esse que é o cerne do programa.

Para nossa alegria, tem havido uma redução geral dos níveis de criminalidade em todo o País, isso é resultado não só de políticas locais mais eficientes, mas também de uma ação do Governo Federal de enfrentamento à criminalidade.

Acreditamos que isso vai trazer resultados importantes para a segurança pública no País, neste e nos próximos anos."

Estado Presente

"Nós já conhecíamos o programa, através do contato com a pasta da Segurança Pública. É um programa bem

conhecido e falado no País.

Tivemos hoje uma reunião de cerca de uma hora, e deu para ver que o Estado está empenhado na redução dos números da violência e vem obtendo resultados positivos nos últimos anos, o que é muito bom para a população no Espírito Santo.

Alguns estados têm tentado desenvolver programas específicos na área de segurança. O mais importante é: investir na integração e investir na informação. A segurança pública não pode ter uma política de segurança cega.

De certa forma, o 'Em Frente, Brasil' significa uma complementação, só que com uma inclusão do governo federal. Esses modelos já podem ser replicados pelos outros estados.

Alguns até já têm modelos similares,

"O Estado está empenhado na redução dos números da violência e vem obtendo resultados positivos"



SERGIO MORO: "Integração"

mas, basicamente, envolvem informação e integração, essa é a fórmula."

Aumento de homicídios

"Que a eliminação do crime como um todo é impossível, isso é claro. O objetivo é uma redução significativa dos índices de violência nas áreas em que o programa foi implementado. Isso nós estamos observando nas cinco cidades, redução de vários indicadores.

Em Cariacica, houve uma queda significativa em setembro, e houve, em outubro, um certo aumento no número de homicídios.

Mas não se pode avaliar um programa dessa espécie em dois meses de duração. O que tem que ser avaliado é o resultado consolidado no tempo.

Pode acontecer, dentro desse período de atuação, que, em algum mês, haja número maior ou menor.

Embora a gente considere o número de assassinatos extremamente relevante, também temos que considerar outros indicadores, como os crimes contra o patrimônio.

O que nós temos visto, dimensionando a atuação do programa com base nas ações realizadas, é um número significativo de prisões, de apreensões de armas, ou seja, são ações que tenderão a reduzir a criminalidade nos municípios."

Permanência da Força

"O programa vai durar enquanto entendermos que ele é necessário para obter esses resultados consolidados.

Tínhamos uma previsão inicial de seis meses, mas são períodos prorrogáveis. Queremos encontrar resultados consistentes.

Embora seja planejado um período inicial de atuação dessas forças mais presentes, seguido da realização das ações de cunho social, o programa dura enquanto ele for necessário."

"O objetivo é uma redução significativa dos índices de violência nas áreas em que o programa foi implementado"

Disque-Denúncia

"O programa foi estabelecido para ser realizado no município, o que não significa que não possam haver pontuais discordâncias em relação a questões específicas.

Sobre esse ponto, parece que foi mais um mal-entendido do que qualquer outra questão mais séria. O importante é fortalecer essa parceria e continuarmos com as ações necessárias.

O programa é planejado. O Presidente teve suas razões (para ameaçar retirar a Força Nacional de Cariacica), porque pareceu que havia um programa de Disque-Denúncia orientado especificamente contra a Força Nacional, como se houvesse uma suspeita da atuação da Força, quando não existe. Mas isso é passado."

CENAS



PRESENTE DE ANIVERSÁRIO
Dagmar Alves de Freitas, mãe do prefeito de Cariacica, Juninho, comemorou 69 anos ao lado do ministro.



EMOÇÃO DE DIRETOR DE ESCOLA
José Luiz da Rosa, diretor da escola João Pedro da Silva, em Porto Santana, Cariacica, sobre visita de Moro: "Dia para ficar na história!".



TIETAGEM
Nas ruas, Moro foi chamado de "orgulho do Brasil" e "herói da Nação". Muitas pessoas fizeram fotos e vídeos.

VISITA DE SERGIO MORO

Ministro volta a defender prisão em 2ª instância

Para Moro, "justiça deve ter começo, meio e fim", mas ele garante que o governo federal vai respeitar qualquer decisão do Supremo

O processo tem de ter começo, meio e fim. Nós não temos justiça se a justiça é denegada por prazos e processos que não terminam", afirmou o ministro da Justiça, Sérgio Moro, em coletiva no Palácio Anchieta, na manhã de ontem, quando voltou a defender a prisão após condenação em 2ª instância.

Moro destacou que é importante o respeito institucional ao Supremo Tribunal Federal (STF). Então, qualquer decisão que o STF tomar vai ser respeitada.

"Essa é a posição de todos dentro do governo federal e do Presidente. Não obstante, nós entendemos que foi uma inovação jurisprudencial importante em 2016", lembrou, ao falar da mudança que garantiu a prisão em 2ª instância. Na semana passada, Moro já havia defendido a atual regra.

O ministro encerrou a coletiva dizendo que espera que o STF tome "a melhor decisão". O presidente do Tribunal de Justiça do

O GOVERNADOR CASAGRANDE recebeu, no Aeroporto de Vitória, o ministro Sérgio Moro, que chegou acompanhado do senador Marcos do Val

Espirito Santo (TJ-ES), desembarcador Sérgio Luiz Teixeira Gama, também presente no evento, manifestou o mesmo entendimento do ministro, favorável à prisão após condenação por órgão colegiado.

"Eu, pessoalmente, tenho uma opinião firmada. Acho que deveria ser mantido o que já demonstrou que dá certo, isto é, após o réu ser condenado por duas instâncias, não haveria necessidade de uma terceira. Torço para que o Supremo acerte", argumentou Gama.

Questionado se o vídeo de um leão perseguido por hienas postado na conta do presidente Jair Bolsonaro, no Twitter, colocando inclusive o STF como "perseguidor", poderia gerar mal-estar institucional, Moro não respondeu.

Sobre possível candidatura à Presidência em 2022, o ministro

desconversou e disse, em tom de brincadeira, que será candidato a governador do Espírito Santo.

PACOTE

Sérgio Moro falou ainda sobre o projeto anticrime, de sua autoria, que tramita na Câmara e tem um espelho do mesmo projeto no Senado.

O ministro da Justiça reforçou que houve pedidos dos governadores de estados, por exemplo, nos tópicos relacionados à realização de audiências por teleconferência e por uma legislação mais dura, que mantenha presos os criminosos perigosos, como classificou.

"Eles (governadores) propuseram que tenhamos leis mais rigorosas que impeçam a soltura de presos em flagrante, como membros de crime organizado, um crimino-

so profissional ou um criminoso habitual. Retirar o criminoso perigoso de circulação faz diferença na segurança pública", defendeu.

O governador Renato Casagrande informou que, em 2018, foram realizadas mais de 39 mil audiências com custodiados no Estado.

O JULGAMENTO

Retomada no dia 7

O Supremo Tribunal Federal (STF) retoma o julgamento sobre a possibilidade de prisão após condenação em 2ª instância no dia 7 de novembro.

O placar está 4 a 3 a favor da prisão. Ainda faltam votar, nesta ordem, os ministros: Carmén Lúcia, Gilmar Mendes, Celso de Mello e o presidente da Corte, Dias Toffoli. A tendência é que o STF reverta a jurisprudência atual.

O QUE ELE DISSE SOBRE...

Pacote anticrime

"O desejo do governo federal é colocar o projeto em votação o mais rápido possível. É um projeto no qual acreditamos. Entendemos que se pode avançar muito em segurança pública por meio de ações executivas. Esse próprio programa "Em Frente, Brasil" é um exemplo disso.

Mudanças legislativas são extremamente importantes. Algumas das propostas que estão lá são solicitações de alguns governadores, que pediram que houvesse mudança na legislação, por exemplo, para que facilitasse a realização de audiências por videoconferência, evitando custo de deslocamento de presos até os fóruns.

Os governadores também querem que o criminoso perigoso fique preso. Hoje nossa legislação é muito falha quanto a isso.

Temos de endurecer certos aspectos na nossa legislação penal e processual, com o objetivo de tirar o criminoso perigoso de circulação. Isso faz a diferença na segurança pública".

Carinho do público

"O carinho da população reflete muito o apreço que existe em relação ao governo do presidente Bolsonaro e os resultados que temos obtido no

Os governadores também querem que o criminoso perigoso fique preso, e hoje nossa legislação é muito falha quanto a isso"

âmbito da segurança pública. Esse tipo de manifestação é um apoio ao governo federal".

Próxima etapa

"O 'Em Frente, Brasil' envolve uma segunda etapa para a realização de ações de políticas sociais e assim diminuir fatores que possam influenciar no aumento ou na manutenção de taxas altas de crimes.

Um exemplo mais óbvio é o da iluminação. Às vezes, esses problemas podem favorecer a prática de crimes em determinadas localidades, e o simples implemento da iluminação ajuda a prevenir delitos, assim como investimentos nas áreas da educação e da saúde.

Essa é uma etapa que está sendo planejada e virá em seguida. Não posso

passar os valores exatos de investimento, mas tenho certeza de que os resultados serão positivos nessa área".

Diagnóstico local

"A ideia aqui (na segunda etapa do programa) é que essas políticas sejam customizadas.

Existe um estudo em andamento, que está sendo patrocinado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, que chamamos de 'diagnóstico local de segurança'.

São estudiosos nos municípios fazendo avaliações de quais ações seriam mais eficientes para a redução da criminalidade.

Esses estudos estão para serem

concluídos agora no final do mês de outubro e vão ser colocados em debate em novembro."

Segunda instância

"Na questão da segunda instância, é muito importante o respeito institucional ao Supremo Tribunal Federal.

Qualquer decisão tomada vai ser respeitada, essa é a posição de todos no governo federal. Mas entendemos que foi uma inovação importante.

O processo tem de ter começo, meio e fim. Nós não temos justiça se a justiça é denegada (impedida) por prazos e processos que não terminam. Esperamos que o Supremo tome a melhor decisão nesse caso".



ALUNOS acompanharam solenidade durante a visita do ministro da Justiça

Investimentos

"Os valores foram planejados dentro da área do Ministério da Justiça e Segurança Pública para subsidiar ações relevantes para a segurança nesses municípios.

Outros ministérios, que estão planejando e vão disponibilizar ações de outra natureza, têm os seus próprios recursos, que vão somar muito em relação aos R\$ 20 milhões, que não compreendem o custeio da permanência da Força Nacional dentro do município. São valores adicionais de investimento".

O carinho da população reflete muito o apreço que existe em relação ao governo do presidente Bolsonaro"

PARTICIPARAM DESTA REPORTAGEM: Eliane Proscholdt, Brunella França, Júlia Afonso e Thiago Sobrinho

NOVA PREVIDÊNCIA / FUNCIONALISMO ESTADUAL

Estudado desconto de até 22% no salário de servidor

Governo do Estado analisa as mudanças nas regras, e criação de alíquotas maiores para quem tem alto salário é uma das possibilidades

Kayque Fabiano

O governo do Estado estuda incluir na proposta de reforma da Previdência do funcionalismo público estadual aumento nas alíquotas sobre os salários dos servidores para contribuir com o sistema de aposentadoria, que poderiam chegar a 22%.

Caso o governo espelhe de fato a reforma com o texto aprovado em Brasília, as alíquotas nominais progressivas aumentariam a contribuição conforme a faixa salarial.

O percentual de 22% só seria aplicado aos servidores com remuneração total a partir de R\$ 39 mil por mês. O objetivo é fazer com que o servidor que ganhe mais, também pague mais, acabando com privilégios. Atualmente, o valor descontado é de 11%.

O governo estuda, ainda, a criação de uma alíquota-teto de 14% para todos os funcionários. O texto da reforma estadual, porém, ainda não foi apresentado e nem tem data para ser enviado à Casa.

A ideia do governo do Estado é



PLENÁRIO DA ASSEMBLEIA: deputados aguardam proposta chegar à Câmara para fazerem possíveis emendas

dividir a discussão da reforma em duas propostas.

A primeira, uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), vai tratar da criação de uma idade mínima; a segunda, um Projeto de Lei Complementar (PLC), buscará aumentar a contribuição previdenciária dos servidores.

Para a aprovação da PEC, são necessários 18 votos favoráveis na Assembleia. Já para o PLC, é preciso que ao menos 16 deputados

sejam favoráveis à proposta.

Segundo o presidente da Assembleia Legislativa, o deputado Erick Musso (PRB), os deputados estão aguardando a proposta chegar à Câmara para fazerem suas observações e possíveis emendas.

“Foi feito um primeiro diálogo com os chefes dos Três Poderes afirmando que o texto seria enviado nesta semana, mas penso que alguns ajustes ainda estão sendo feitos”, disse o presidente da Casa.

Procurado, o governo, por meio da Procuradoria-Geral do Estado, informou apenas que possui um grupo para avaliar os impactos da reforma estadual, e que “a versão final dos projetos em nível estadual atenderá, tanto quanto possível, as regras estabelecidas para os servidores federais”.

Não foi informado o motivo de o texto não ter sido enviado dentro do prazo previsto e nem quando ele irá à análise dos deputados.

Regra mais leve para professor e policial

Parte dos deputados da Assembleia querem regras mais brandas para policiais civis e professores do Estado. Isso porque caso o pro-

jeito apresentado pelo governador Renato Casagrande replique as mesmas regras da reforma nacional, a idade mínima para profes-

res poderia aumentar.

Os policiais civis ficaram de fora da reforma principal, uma vez que a carreira é de âmbito estadual e somente uma reforma na Assembleia poderia alterar idades mínimas, tempos de contribuição e alíquotas.

Além do interesse dos deputados que adequem regras específicas para essas categorias, o presidente da Casa, o deputado Erick Musso (PRB),

explicou que os parlamentares já se movimentam para apresentar mudanças e propostas para a futura reforma estadual.

“Três ou quatro parlamentares chegaram a me procurar com interesse de fazer emendas. Ainda não sei o teor dessas emendas. Mas, sem dúvida, uma proposta de reforma estadual mexe com entidades, classes e segmentos, e isso cria debates. Acredito que chegando o texto final, os deputados irão ter mais embasamento para desen-

volverem seus próprios destaques”, disse.

Segundo o deputado, a Casa irá discutir amplamente o tema, escutando os setores atingidos.

“Vivemos tempos em que as decisões silenciosas prejudicam o futuro e que a Assembleia vai exercer seu dever constitucional de debater amplamente ponto a ponto da reforma. Vamos fazer uma coisa equilibrada, pensando no presente e sobretudo no futuro dos capixabas”, explicou.

Segundo Erick, além do Legislativo, outras áreas do Estado devem ser ouvidas antes da reforma ser aprovada.

“É preciso ouvir o Judiciário, o Ministério Público, o Tribunal de Justiça. Esta não é uma reforma do governo do Estado, deve ser uma reforma em conjunto com os poderes e que deve ser feita de uma maneira para que os municípios também decidam aderir ao texto”.



ERICK MUSSO afirma que a Assembleia vai discutir amplamente o tema

SAIBA MAIS

Reforma igual à federal

- > O GOVERNADOR Renato Casagrande afirmou que pretende enviar uma proposta de reforma estadual nos mesmos moldes do texto nacional, aprovado em Brasília.
- > AINDA NÃO há data para o texto ser apresentado na Assembleia.

O que pode mudar

- IDADE MÍNIMA:**
 - > APOSENTADORIA aos 62 anos para mulheres e 65 para homens, com mínimo de 25 anos de contribuição, após período de transição que vai até 2033. Serão necessários pelo menos 10 anos de serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que será requerido a aposentadoria.

VALOR DO BENEFÍCIO:

- > O VALOR PAGO do benefício será de 60% da média dos salários de contribuição desde julho de 1994 mais 2% para cada ano que exceder os 20 anos de contribuição.
- > OU SEJA, 40 anos de contribuição dão direito à aposentadoria integral, isto é, idêntica à média salarial. Será assegurado a todos os servidores pelo menos um salário mínimo.

DESCONTO DE ALÍQUOTA:

- > O VALOR DESCONTADO da folha de pagamento para o fundo previdenciário vai variar conforme a faixa salarial, partindo de 7,5% (para quem ganha até um salário mínimo) e chegando a 22% (para quem ganha até R\$ 39 mil por mês).
- > A ALÍQUOTA EFETIVA, ou seja, quanto efetivamente será descontado do salário, será um pouco menor que a fixada pelas novas regras, chegando a 16,79%.

TRANSIÇÃO POR PONTOS:

- > A TRANSIÇÃO DOS SERVIDORES pode ser feita de duas maneiras, por pontos ou com pedágio de 100%.
- > NO SISTEMA DE PONTO, o funcionário terá de somar sua idade e o tempo que tem de contribuição (mínimo de 30 anos para mulheres e de 35 anos para os homens).
- > EM 2019, mulheres se aposentam ao chegar aos 86 pontos e homens aos 96 pontos. Cada ano sobe um ponto até chegar a 100 pontos (mulheres) e 105 (homens).
- > NO CASO DO SERVIDOR, é exigido 20 anos de serviço público e de cinco anos de tempo mínimo do cargo.

TRANSIÇÃO POR PEDÁGIO:

- > NESSE SISTEMA: mulheres com pelo menos 57 anos de idade e homens com 60 ou mais poderão pagar um pedágio de 100% sobre o tempo de contribuição que falta para se aposentar pelas regras atuais.
- > ASSIM, se faltavam quatro anos de contribuição, o segurado terá de trabalhar por outros quatro adicionais.
- > OS SERVIDORES que ingressaram no serviço público até 31 de dezembro de 2003 mantêm o direito à integralidade (último salário da carreira) e à paridade (mesmos reajustes de quem está na ativa), caso cumpram esse pedágio.
- > PARA quem ingressou a partir de 2004, o valor da aposentadoria será de 100% da média dos salários desde julho de 1994.

Fonte: Pesquisa AT.

PEDRO VALLS FEU ROSA

DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO (TJES)

Nossas reformas para salvar a pátria

Dia desses li que nos últimos dez anos o Brasil perdoou nada menos que US\$ 46,1 bilhões em juros e multas de dívidas tributárias. Em tempos de tantas reformas destinadas a salvar a pátria, poderíamos começar com essa.

O Banco Mundial divulgou, recentemente, uma pesquisa segundo a qual a poluição atmosférica - e só ela - causa perdas de US\$ 4,9 bilhões à economia brasileira. O prejuízo viria das mortes prematuras, gastos com doenças e perda de produtividade. Eis aí, seguramente, uma outra reforma a ser urgentemente encetada - sugeriria que começasse pelo "pó preto" que causa doenças e mortes em Vitória (ES) há décadas.

Há também os acidentes de trânsito. Segundo o Ministério da Saúde, custam ao Brasil US\$ 0,6 bilhão a cada ano. Que tal reformarmos nossas vias? Taparmos nos-

sos buracos? Construímos ferrovias neste país tão grande? Utilizarmos mais nossos rios como hidrovias? Vai aí, sem dúvida, uma outra importante reforma - e com ela estaríamos estancando outra sangria, a da logística. Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), nossa economia perde US\$ 7,8 bilhões a cada ano pela falta de um sistema de transporte de cargas racional.

Não nos esqueçamos da corrupção, cujo impacto estimado na economia do Brasil alcança US\$ 21,5 bilhões a cada ano, ou inacreditáveis 2,3% do Produto Interno Bruto (PIB) - dados de 2013. Acabar com esta roubalheira é possível - basta reformar o nosso mundo das leis.

Uma outra reforma simples seria a do tabaco. Acredite: só ele nos causa um prejuízo de US\$ 14,9 bilhões a cada ano, ao

elevantar nossas despesas com saúde pública e reduzir a produtividade de nossa força de trabalho.

Termino esta pequena relação com o pagamento dos juros da dívida pública - algo em torno de US\$ 86 bilhões a cada ano. Eis aí algo que justificaria o uso imediato de alguma riqueza nacional, dessas atualmente exploradas a preço de banana, para voltarmos a poder dispor de quase metade do nosso orçamento.

Somei tudo. Cheguei a US\$ 181,8 bilhões falando apenas de aspectos básicos demais. Uma ação imediata e firme sobre estes aspectos - e só eles - já daria um vigoroso impulso à economia e principalmente ao ânimo dos brasileiros. E eis aí algo que uma verdadeira mobilização nacional poderia conseguir, salvando as gerações seguintes e talvez a própria identidade nacional. Acorda, Brasil!

Tribunal decide se vereador da Serra volta ao cargo (Destaques)

Brunella França

Você está utilizando um navegador muito antigo ou suas configurações não permitem cookies de terceiros.

Já é assinante?

Assine agora e tenha acesso ao conteúdo exclusivo do Tribuna Online !

Você está utilizando um navegador muito antigo ou suas configurações não permitem cookies de terceiros.

A bandeirinha identifica o conteúdo exclusivo que só você assinante tem acesso!

Escolha a que mais combina com você e OUÇA AGORA.

Confira as melhores promoções do Tribuna Online

A Primeira Câmara Criminal do **Tribunal de Justiça do Espírito Santo** (TJ-ES) julga nesta quarta-feira (30) um habeas corpus pedindo o retorno do vereador Nacib Haddad (PDT) à Câmara da Serra. Por decisão judicial, Nacib está afastado do cargo desde 15 de abril deste ano.

Eu espero é que a Justiça seja feita, espero que seja concedido o habeas corpus. Estou confiante de que dará tudo certo , disse o vereador.

O relator do processo é o desembargador **Willian Silva** que, em maio deste ano, negou o mesmo recurso pedido pela defesa do vereador. Nacib é investigado por suposto envolvimento num esquema de cartel de empresas de limpeza.

Na denúncia feita pelo **Ministério Público** do Espírito Santo (MP-ES), ele é citado como sócio de fato de uma das empresas suspeitas de fraudes na concorrência de contratos com órgãos públicos. Ele seria o responsável por operar os interesses de uma empresa das investigadas no caso.

O suplente de Nacib na Câmara, Wanildo Sarnaglia (Avante), tomou posse do cargo no último dia 4. Enquanto o pedetista faz parte do grupo de oposição ao prefeito Audifax Barcelos (Rede) na Câmara, Wanildo é um apoiador do prefeito.

Afastamento

O afastamento do vereador foi pedido pelo MP e acatado pelo juiz André Guasti Motta, da 8ª **Vara Criminal de Vitória**, responsável pelo processo da **Operação Assepsia**, deflagrada pelo **Ministério Público**, em abril deste ano. As investigações foram realizadas pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco).

Na operação, 14 empresas são investigadas por fraudes em processos licitatórios operados por sócios, administradores e representantes de pessoas jurídicas, que definiam previamente quem venceria determinada licitação pública.

Esse é o seu primeiro acesso por aqui, então recomendamos que você altere o seu nome de usuário e senha, para sua maior segurança.

As senhas precisam ser iguais.

A senha precisa ter no mínimo 6 caracteres.

Todos os campos são obrigatórios.

O nome de usuário precisa ter no mínimo 4 caracteres.

Um erro ocorreu ao tentar atualizar seus dados.

Dicas: O nome de usuário deve ter no mínimo 4 caracteres e conter apenas letras e números. A senha deve conter pelo menos 6 caracteres.

Site: <https://tribunaonline.com.br/tribunal-decide-se-vereador-da-serra-volta-ao-cargo>

Exposição do Iases é estendida até o dia 15 de novembro

A exposição que apresenta o trabalho artístico dos adolescentes do Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (Iases) foi estendida até o dia 15 de novembro. A mostra está aberta à visitação no **Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJES)**, na **Defensoria Pública** do Estado do Espírito Santo (DPES) e no Centro Integrado de Atendimento Socioeducativo (Ciase), em Vitória.

O projeto tem como objetivo incentivar o talento e a criação de novas habilidades nos adolescentes nas unidades de internação, bem como resgatar a autoestima e inseri-los em atividades que proporcionem acesso à cultura e melhorias na qualidade de vida durante o cumprimento da medida socioeducativa.

Com mais de 90 quadros, o acervo da exposição conta com uma diversidade de pinturas que retratam a história, a vivência e a percepção dos adolescentes sobre a realidade. Dentre as obras, está uma seleção especial com releituras do artista plástico Romero Britto, além de quadros que retratam a cultura africana e as paisagens capixabas, como o Porto de Vitória e o Convento da Penha.

Os quadros foram produzidos por adolescentes que já cumpriram ou ainda cumprem medida socioeducativa nas unidades de internação do Iases. Para o J.O.S, adolescente que pintou uma das releituras do Romero Britto na Unidade de Internação Provisória Norte (Unip Norte), em Linhares, o projeto desenvolve a criatividade e o talento na pintura. " Foi muito gratificante trabalhar com as releituras das obras, juntamente com os demais adolescentes da unidade. Com as oficinas ofertadas pelo Iases, tive a oportunidade de aperfeiçoar algo que eu já gostava de praticar, me sinto feliz pintando e desenhando", disse.

O acesso à cultura faz parte do processo de socioeducação e auxilia na transformação dos adolescentes, como contou o diretor-presidente do Iases, Bruno Pereira Nascimento. "A exposição é uma oportunidade de apresentar à sociedade capixaba um pouco do trabalho desenvolvido com os adolescentes nas unidades de internação do Iases", disse.

Serviço:

Exposição "Redesenhando Caminhos"

Data: 08 de outubro a 15 de novembro

Locais:

Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJES) - Rua Desembargador Homero Mafra, 60 - Enseada do Suá, Vitória - ES

Sede Administrativa da **Defensoria Pública** do Estado do Espírito Santo (DPES) - Praça Manoel Silvino Monjardim, 54 - Centro, Vitória - ES

Centro Integrado de Atendimento Socioeducativo (Ciase) - Avenida Dário Lourenço de Souza, nº 110 Mario Cypreste, Vitória - ES

Horário: O horário de visitação segue o horário de funcionamento das instituições.

Entrada gratuita.

Informações à imprensa: Assessoria de Comunicação do Iases

Carolina Alvarenga

(27) 3636-5484 / 99985-2797

carolina.alvarenga@ias.es.gov.br

Site: <https://www.es.gov.br/Noticia/exposicao-do-ias-es-e-estendida-ate-o-dia-15-de-novembro>

TJES - Vítima de anúncio fraudulento será ressarcida por rede social e por banco

Um morador de Marechal Floriano que foi vítima de um golpe virtual deve receber R\$ 623,98 em restituição de uma rede social e de um banco. Nos autos, o requerente contou que um site fraudulento foi exibido em sua timeline em forma de publicidade. A decisão é da Vara Única do município.

De acordo com o autor, enquanto navegava pela rede social, teria aparecido uma publicidade acerca da venda de um smartphone, o qual era aparentemente comercializado por uma conhecida loja virtual. Ele explica que acabou comprando o aparelho, pelo qual pagou R\$623,98 via boleto bancário. Todavia, ao entrar em contato com a central de atendimento da loja virtual, ele foi informado de que não havia nenhum pedido em seu nome e que o pagamento do boleto não teria sido identificado no sistema.

Diante da situação, o requerente registrou um Boletim de Ocorrência em uma delegacia policial, onde relatou ter sido vítima de um golpe, decorrente da negligência dos réus. De acordo com o autor, as empresas não haviam mantido seus sistemas seguros e livres de fraudes. Por tais motivos, ele pedia para que a rede social, a loja virtual legítima e o banco que emitiu o boleto fossem condenados a indenizá-lo por danos materiais e morais.

As Requeridas teriam responsabilidade objetiva, uma vez que, em observância ao risco inerente às atividades por elas desenvolvidas, deveriam buscar mecanismos capazes de coibir golpes dessa natureza, já que o boleto falso havia sido emitido com a logo e dados da segunda Ré, em web site com características idênticas ao sítio eletrônico da 1ª Ré, afirmou.

Em contestação, a rede social defendeu que não deveria ser ré na ação, por entender que seria apenas um veículo de publicidade, cabendo apenas à empresa criadora e patrocinadora do anúncio, a responsabilidade por qualquer ilegalidade publicitária. Tal alegação foi rejeitada pelo magistrado, que verificou que, mesmo recebendo diversas denúncias, a rede social teria demorado mais de um mês para retirar os anúncios fraudulentos.

Por outro lado, o magistrado entendeu como procedente a alegação da loja virtual, ao pedir para não ser incluída como requerida na ação. Tanto o

autor da demanda, quanto a empresa foram vítimas da fraude perpetrada, uma vez que seria demasiado exigir das empresas meios eficazes capazes de garantir a segurança virtual de seus sítios eletrônicos, impossibilitando cópias de suas publicidades, com intuito de fraudar os consumidores, justificou.

Após análise do caso, o juiz entendeu que o banco teve uma conduta ineficiente, uma vez que não proveu a segurança de seus usuários, nem fiscalizou a abertura de contas a fim de identificar o titular da conta e os pagamentos suspeitos. Por sua vez, o juiz julgou que a rede social deveria ser responsabilizada pelo ocorrido, visto que não agiu para derrubar os anúncios fraudulentos quando tomou ciência do caso.

Além disso, um dos usuários, como já mencionado, afirma ter denunciado a página ao Facebook e este se manteve inerte. Portanto, com base no art. 19 da Lei 12.965/90, [?] se tal provedor de conteúdo se dispôr de ferramenta capaz de efetuar o controle das publicações, e ainda assim, tomando ciência da ilicitude da publicidade ou da falsidade do perfil existente em sua plataforma digital, não toma providências para que se torne indisponível, será responsável civilmente pelos danos daí decorrentes, explicou.

Desta forma, o magistrado julgou que o autor fazia jus a ser restituído pelo valor pago no telefone celular, condenando o banco e a rede social a pagarem R\$ 623,98, quantia que deverá ser corrigida monetariamente e incidir juros. No que tange aos Danos Morais, não se vê nos autos, provas de que o autor tenha sido afetado em sua moral, ou que a ré tenham causado algum tipo de dano à imagem e honra do autor, concluiu.

Processo nº 0000135-18.2018.8.08.0055

Fonte: **Tribunal de Justiça do Estado** de Espírito Santo

Site:

http://www.sintese.com/noticia_integra_new.asp?id=450995

Jaguaré: Pedido monitoramento do MP, Gaeco, Tribunal de Contas e Tribunal de Justiça sob empréstimo de R\$ 7 milhões (Notícias)

VITÓRIA : O vice-prefeito de Jaguaré, Ruberci Casagrande protocolou na última semana uma série de documentos comunicando e solicitando apoio no monitoramento sobre a intenção do prefeito Rogério Feitani em contrair um empréstimo de R\$ 7 milhões. Foram diversas ações, que de acordo com emedebista, servem para garantir "transparência e fiscalização nos recursos".

Foram protocolados pedidos na Promotoria de Justiça de Jaguaré, no **Ministério Público** do Estado do Espírito Santo no Grupo de Repressão ao Crime Organizado - GAECO, no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, na Superintendência da Caixa Econômica Federal do Espírito Santo e no **Tribunal de Justiça do Estado** do Espírito Santo. A cópia destes protocolos também serão entregues na Câmara de Vereadores de Jaguaré.

De acordo com Ruberci a ação pretende dar ciência aos mais diversos órgãos e entidades estaduais do que vem acontecendo na Cidade. Argumenta que considera uma irresponsabilidade o atual prefeito obter um empréstimo de R\$ 7 milhões (sete milhões de reais) a serem pagos em oito anos, a partir de 2021, isso há um ano das próximas eleições municipais.

"Solicitei o acompanhamento minucioso e a tomada das devidas providências, se for o caso, no que se refere a obtenção, destinação e aplicação destes recursos. Também darei ciência aos vereadores das minhas ações. Nosso Jaguaré não merece tudo isso que vem passando e precisamos agir" - destacou Casagrande.

Leia mais

- Jaguaré: há um ano da eleição Rogério quer empréstimo de R\$ 7 milhões para próximo prefeito pagar

- Oportunidade: Posto do Sine inicia atendimentos em Jaguaré

- Jaguaré: Rogério vira réu em mais um processo, agora na 2ª Câmara Criminal do **TJES**

- Jaguaré: **Ministério Público** de Contas pede condenação de prefeito e devolução de recursos

Site: <https://www.jornaloconilon.com.br/jaguare-pedido-monitoramento-do-mp-gaeco-tribunal-de-contas-e-tribunal-de-justica-sob-emprestimo-de-r-7-milhoes/>

Lei que facilita divórcio a vítimas de violência doméstica é sancionada com vetos

Foi publicada no DOU desta quarta-feira, 30, a lei 13.894/19, que garante à vítima de violência doméstica e familiar assistência judiciária para o pedido de divórcio e prioridade de tramitação de processos judiciais neste sentido.

Trechos que versavam sobre a opção da mulher de propor ação de divórcio ou de dissolução de união estável no juizado de **Violência Doméstica** e Familiar contra a Mulher foram vetados.

Caberá ao juiz assegurar à mulher vítima de violência ou familiar o encaminhamento para a assistência se ela desejar pedir o divórcio ou dissolução de união estável.

A norma alerta a

para prever a competência dos juzizados de **Violência Doméstica** e Familiar contra a Mulher para realizar divórcios, separações, anulação de casamento ou dissolução de união estável em casos de violência doméstica.

A lei também altera o CPC/15 e determina ser de competência do foro domiciliar da vítima de violência doméstica a ação de divórcio. A lei prevê a intervenção obrigatória do **Ministério Público** para estabelecer a prioridade de tramitação desses processos.

Por fim, autoridades policiais deverão obrigatoriamente

prestarem informação às vítimas acerca da possibilidade de os

serviços de assistência judiciária ajuizarem as ações.

Acatando considerações dos ministérios da Justiça e Segurança Pública e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, o vice-presidente Hamilton Mourão, vetou trechos que versavam sobre a opção da mulher de propor ação de divórcio ou de dissolução de união estável no juizado de **Violência Doméstica** e Familiar contra a Mulher.

Neste caso, estaria excluída a competência dos juzizados de **Violência Doméstica** e Familiar contra a Mulher pretensões relacionadas a partilha de bens.

Ainda, a ação proposta pela mulher teria preferência no juízo onde estivesse.

De acordo com as razões dos vetos, Mourão explicou que esses dispositivos,

ao permitirem e regularem a possibilidade da propositura de ação de divórcio ou de dissolução de união estável, guardam incompatibilidade com o objetivo desses juzizados, especialmente no que tange à ágil tramitação das medidas protetivas de urgência previstas na lei Maria da Penha. Assim,

segundo a mensagem, os dispositivos contrariam o interesse público.

Veja a íntegra da lei:

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever a competência dos Juzizados de **Violência Doméstica** e Familiar contra a Mulher para a ação de divórcio, separação, anulação de casamento ou dissolução de união estável nos casos de violência e para tornar obrigatória a informação às vítimas acerca da possibilidade de os serviços de assistência judiciária ajuizarem as ações mencionadas; e altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para prever a competência do foro do domicílio da vítima de violência doméstica e familiar para a ação de divórcio, separação judicial, anulação de casamento e reconhecimento da união estável a ser dissolvida, para determinar a intervenção obrigatória do **Ministério Público** nas ações de família em que figure como parte vítima de violência doméstica e familiar, e para estabelecer a prioridade de tramitação dos procedimentos judiciais em que figure como parte vítima de violência doméstica e familiar.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), passa a vigorar com as seguintes alterações:

A r t . 9 °

§ 2 °

III - encaminhamento à assistência judiciária, quando for o caso, inclusive para eventual ajuizamento da ação de separação judicial, de divórcio, de anulação de casamento ou de dissolução de união estável perante o juízo competente.

..... (NR)

A r t . 1 1 .

V - informar à ofendida os direitos a ela conferidos nesta Lei e os serviços disponíveis, inclusive os de assistência judiciária para o eventual ajuizamento perante o juízo competente da ação de separação judicial, de divórcio, de anulação de casamento ou de dissolução de união estável. (NR)

Art. 14-A. (VETADO).

§ 1º (VETADO).

§ 2º (VETADO).

A r t . 1 8 .

II - determinar o encaminhamento da ofendida ao órgão de assistência judiciária, quando for o caso, inclusive para o ajuizamento da ação de separação judicial, de divórcio, de anulação de casamento ou de dissolução de união estável perante o juízo competente;

..... (NR)

Art. 2º A Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), passa a vigorar com as seguintes alterações:

A r t . 5 3 .

I -

d) de domicílio da vítima de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha);

..... (NR)

A r t . 6 9 8 .

Parágrafo único. O **Ministério Público** intervirá, quando não for parte, nas ações de família em que figure como parte vítima de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha). (NR)

A r t . 1 . 0 4 8 .

III - em que figure como parte a vítima de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha).

..... (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de outubro de 2019; 198º da Independência e 131º da República.

ANTÔNIO HAMILTON MARTINS MOURÃO

Sérgio Moro

Damara Regina Alves

Site:

<https://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI314090,6104>

4-

**Lei+que+facilita+divorcio+a+vitimas+de+violencia+dome
stica+e**

BRICS: CNJ apresenta inteligência artificial em processos eletrônicos

Com o desenvolvimento de projetos de inteligência artificial, o **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** aposta na eficiência do trabalho de seus servidores. Duas soluções de tecnologia da informação prometem aperfeiçoar o trabalho atualmente realizado por humanos. Uma delas pretende melhorar a qualidade do cadastramento de peças e documentos em um processo e a outra deve auxiliar magistrados a formular sentenças e outras produções textuais elaboradas durante a tramitação de uma ação judicial. Essas e outras soluções tecnológicas foram apresentadas pelo **CNJ** durante o Seminário das Altas Cortes dos Brics, realizado na sexta-feira (24/10), em Brasília.

O "Movimento Inteligente" utiliza um mecanismo de leitura automatizada para classificar o estágio do processo em que o documento se encontra. Uma vez treinada, a máquina analisa o conteúdo e a forma do texto. Em operação, o "Movimento Inteligente" será capaz de optar entre mais de uma centena de tipos de movimentações com muito mais velocidade que um humano.

Apesar do ganho em velocidade e eficiência que a novidade representa, o elemento humano, no entanto, segue fundamental no processo, de acordo com o Mikael Araújo, servidor do Tribunal de Justiça de Rondônia (TJO), lotado na Coordenadoria de Prospecção e Inovação Tecnológica do Departamento de Tecnologia da Informação do **CNJ** (DTI/**CNJ**). "O treinamento dessa máquina será realizado por uma equipe de servidores especializados na classificação de documentos. A definição de inteligência artificial é uma abstração do conhecimento humano", afirmou. Selecionar quais documentos serão submetidos à leitura analítica do "Movimento Inteligente" também ficará a cargo de pessoas. "O número de erros acaba diminuindo", disse Denise Barbosa, integrante da Seção de Gestão Estratégica de TIC do mesmo departamento.

Outra solução é um gerador de texto. O mecanismo é simples, assemelha-se aos geradores de textos dos aplicativos de mensagens instantâneas que completam automaticamente as frases que usuários de smartphones escrevem. Como esse mecanismo de machine learning (aprendizagem da máquina) tem uma aplicação para a rotina produtiva do **Poder Judiciário**, a máquina pode ser treinada de acordo

com a necessidade do usuário - nesse caso, o tribunal. Pode-se personalizar a ferramenta pela 'massa' de dados, como é chamada pelos especialistas.

Essa personalização pode ser feita por tema, por tribunal ou até por juiz. O mecanismo registra as escolhas vocabulares na produção de texto produzidos por um magistrado, por exemplo, e, com base nelas, projeta as escolhas de palavras de maior probabilidade. Quando o mecanismo entrar em funcionamento, poderá ajudar milhares de magistrados e assessores a redigir versões preliminares de sentenças, despachos, ofícios e outros documentos produzidos no dia a dia de uma vara ou gabinete de tribunal.

Esses dois modelos de Inteligência Artificial fazem parte de um projeto maior, desenvolvido em conjunto pelo **CNJ** e o TJRO, chamado SINAPSES, que abriga iniciativas semelhantes no campo da inteligência artificial para aprimorar o serviço prestado pela Justiça brasileira. O objetivo é integrar as inovações produzidas no âmbito do SINAPSES com o **Processo Judicial Eletrônico (PJe)**, plataforma de tramitação eletrônica de processos elaborado e distribuído gratuitamente pelo **CNJ**. Atualmente, cerca de 31,2 milhões de processos tramitam digitalmente, estando o PJe presente em 73 dos 91 tribunais.

Quando estiverem prontos para os usuários da Justiça, o "Movimento Inteligente" e o "Gerador de Textos" estarão disponíveis para todos os tribunais que utilizam o PJe. "As ferramentas serão instaladas no computador do usuário depois que o tribunal baixar a versão mais recente do PJe", disse o servidor Rodrigo Menezes, integrante da equipe do PJe no DTI/**CNJ**.

Intensificar o uso da tecnologia da informação faz parte da Estratégia Nacional do **Poder Judiciário** 2015-2020 (ENTIC-JUD), com a perspectiva de dar mais racionalidade ao sistema judicial e melhorar a qualidade do gasto público. De acordo com o presidente do **CNJ** e do Supremo Tribunal Federal (**STF**), ministro Dias Toffoli, o cenário de globalização e uma sociedade complexa têm produzido uma multiplicação das demandas de massa, o que exigiria adaptações do **Poder Judiciário** brasileiro.

Para se adaptar à nova tendência, o **CNJ** criou a

Plataforma de Governança Digital do **Poder Judiciário**, um repositório nacional de todas as iniciativas de inovação da tecnologia da informação na área judiciária. É uma oportunidade para todos os profissionais dos departamentos de TI dos tribunais compartilharem ações e projetos de TI em desenvolvimento no **Poder Judiciário** entre os tribunais brasileiros. A ideia é estimular, de forma dinâmica e colaborativa, a inovação nos serviços prestados pelos tribunais.

O portal abarca uma variedade de temas, que vão desde computação na nuvem a big data, passando por temas mais familiares a gestores e servidores de outras áreas da administração judiciária, como terceirização e infraestrutura de TIC, por exemplo.

A estratégia otimiza a utilização dos recursos públicos que são investidos em TI. "Com os planos de contratação de serviços e soluções em TI, é possível evitar a redundância de ações e aquisições pelos órgãos do **Poder Judiciário**. Com o compartilhamento de projetos em estágio de desenvolvimento, poderemos evitar o retrabalho, por exemplo", afirmou o chefe da Seção de Gestão Estratégica de Tecnologia da Informação e Comunicação, Sidney Arruda. Projetos de inteligência artificial, como o "Movimento Inteligente" e o "Gerador de Textos" estarão disponíveis na Plataforma de Governança Digital do **Poder Judiciário** o portal, o que evitará a necessidade de se recorrer ao mercado para adquirir ferramentas que realizem serviços semelhantes.

Manuel Carlos Montenegro

Agência **CNJ** de Notícias

Site: <https://www.cnj.jus.br/brics-cnj-apresenta-inteligencia-artificial-em-processos-eletronicos/>